

ATA Nº. 13

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM
25-09-2019**

--- No dia vinte cinco de setembro de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas Senhoras **Lúcia Dias Abelha** e **Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

---Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros: -----

---Em representação do **Partido Socialista**: -----

---Manuel António Simões Martins, António Manuel Henriques Miguel, Ricardo José Pires Antunes, Fernando Jorge Vieira Maurício, Liliana Patrícia Gomes Rodrigues, António Manuel dos Santos Rodrigues e José Lopes Pereira Mirrado. -----

---Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

---Manuel João Pires Faria, Carlos Alberto Alves da Silva, Maria João Gil dos Santos Grácio, Fernando Adelino Soares Barroso, Manuel Adelino Lopes Tomaz e Susana Paula Matos Vieira da Cruz.-----

---Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

--- Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado, Anabela Campos Franco da Silva Cavalheiro e Pedro Miguel da Silva Santos.-----

---Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

---António Silvino da Costa Ferreira -----

---Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

--- Rosa Teresa Alexandre Teixeira.-----

---Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor:

---Rui Cardoso Maurício. -----

---Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

---Ezequiel Soares Estrada. -----

---Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Tília dos Santos Nunes, Jaime Manuel Gonçalves Ramos e José Miguel Filipe Baptista.-----

--- O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse a José Lopes Pereira Mirrado, convocado para substituir o deputado Carlos Belo Duarte Alfaia, que justificou a sua impossibilidade em estar presente nesta Sessão.-----

---Também os seguintes deputados informaram da sua impossibilidade em comparecer, tendo sido substituídos conforme a seguir se indica e cujos atos de posse foram dispensados nesta Sessão, por terem sido já empossados em Sessão anterior do presente mandato:-----

--- Mário André Balsa Gonçalves (PS), substituído por António Manuel dos Santos Rodrigues;-----

--- António José Maia de Mascarenhas (PSD), substituído por Manuel Adelino Lopes Tomaz;-----

--- Carlos Manuel Godinho Matias (BE), substituído por Anabela Campos Franco da Silva Cavalheiro; e-----

--- Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão (BE) substituída por Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado.-----

--- Nesta altura, o senhor **Presidente da Assembleia** solicitou a inclusão de mais um ponto na Ordem de Trabalhos, dado que se trata de designar o representante das freguesias do concelho no XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, cujo expediente chegou à Assembleia já depois da Ordem de Trabalhos ter sido elaborada, o que foi aceite por todos.-----

---Continuando, o senhor **Presidente da Assembleia** solicitou que, tendo em conta os vários assuntos constantes da ordem do dia, todos os intervenientes fizessem as suas intervenções com a maior objetividade e clareza possíveis. -----

---Pedi ainda que todas as intervenções que sejam feitas e que os Srs. Deputados pretendam ver incluídas em ata sejam enviadas, com a maior brevidade, para o e-mail da Assembleia Municipal, de forma a facilitar e agilizar a realização da ata. -----

---Os trabalhos tiveram início com a **aprovação da ata número doze**, relativa à Sessão Ordinária de 17 de junho de 2019, que foi aprovada por unanimidade, tendo participado na votação todos os senhores deputados presentes naquela sessão. -----

--- De seguida passou-se ao **PAOD – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo sido feitas as seguintes intervenções:-----

--- **António Ferreira (CDU)** que apresentou as seguintes Moções:-----

“MOÇÃO - Pela Revisão em Baixa das Tarifas da EPAL aos SMAS-----

*As alterações legislativas iniciadas na anterior legislatura (XX Governo Constitucional) e sua não reversão ou mitigação durante a atual (XXI Governo Constitucional) tiveram como consequência a implementação de uma política tarifária da EPAL, fornecedora de água em alta, aos sistemas municipais e intermunicipais de distribuição em baixa, que nos últimos anos representaram uma evolução do custo na ordem dos 15%, de acordo com os dados da AMEGA - Associação de Municípios de Estudos e Gestão de Água.---
O impacto da subida dos custos da água em alta foi, quase na totalidade, acomodado pelas entidades municipais e intermunicipais, que não fizeram refletir essa subida no preço aos munícipes.-----*

Desta opção, socialmente justificada, tem agravado, muitas vezes, a descapitalização dos sistemas municipais e intermunicipais, retirando-lhes a margem indispensável para a concretização de investimentos fundamentais para a melhoria da qualidade do serviço prestado às populações e da eficiência e fiabilidade das suas redes.-----

O desequilíbrio provocado no sistema da atual política tarifária está patente no contraponto entre o espartilho financeiro que a mesma gera nos sistemas em baixa face aos resultados apresentados pela EPAL, que no último ano ascendem aos 50 milhões de euros.-----

*Acresce a esta situação a limitação no acesso a financiamento no âmbito do POSEUR para intervenções de renovação de redes dos sistemas municipais e intermunicipais.---
Assim, a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida a 25 de setembro de 2019, delibera:-----*

a) Exortar o atual e o futuro Governo a alterar a atual política tarifária da EPAL, por forma a introduzir no sistema o equilíbrio de que ele carece.-----

b) Apelar aos Grupos Parlamentares que intervenham no sentido de se consagrar legislativamente um modelo de regulação e tarifário mais equilibrado e justo.-----

c) Exortar o atual e o futuro Governo a colocar como prioridade na definição do próximo quadro de financiamento do POSEUR a elegibilidade dos investimentos em construção e renovação de rede dos sistemas municipais e intermunicipais.-----

d) Apelar às Assembleias Municipais dos municípios que integram a AMEGA - Associação de Municípios de Estudos e Gestão de Água - que tomem posição institucional sobre este assunto.-----

Sendo aprovada, a presente moção deve ser enviada a:-----

Presidência do Conselho de Ministros-----

Grupos Parlamentares na Assembleia da República-----

Câmara e Assembleia Municipal de Alcanena-----

Câmara e Assembleia Municipal de Alenquer-----

Câmara e Assembleia Municipal de Amadora-----

Câmara e Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos-----

Câmara e Assembleia Municipal de Azambuja-----

Câmara e Assembleia Municipal de Cascais-----

Câmara e Assembleia Municipal de Constância-----

Câmara e Assembleia Municipal de Tomar-----

Câmara e Assembleia Municipal de Mafra-----

Câmara e Assembleia Municipal de Odivelas-----

Câmara e Assembleia Municipal de Oeiras-----

Câmara e Assembleia Municipal de Sintra-----

Câmara e Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço-----

Câmara e Assembleia Municipal de Torres Novas-----

Câmara e Assembleia Municipal de Torres Vedras-----

Câmara e Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira-----

Câmara e Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha-----

Aos órgãos de comunicação social locais e regionais.”-----

--- Acerca desta Moção, interveio **Ricardo Antunes (PS)** que referiu que a moção da CDU não fazia sentido e era extemporânea, apresentando alguns números referentes à gestão da EPAL e da Câmara Municipal do Entroncamento, defendendo a aplicação de um tarifário equilibrado. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO DA CDU:-----

--- Colocada à votação esta Moção apresentada pela CDU, foi a mesma rejeitada por maioria, com seis votos contra do Partido Social Democrata, dez abstenções do Partido Socialista, três abstenções do Bloco de Esquerda, uma abstenção do Centro Democrático Social, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária e duas abstenções dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

“MOÇÃO - Preservar o Ambiente e a Natureza, Prevenir Alterações Climáticas----

--- *As causas que estão na origem da degradação do ambiente exigem respostas prontas e decididas para a inverter.* -----

A destruição da floresta, a poluição hídrica e atmosférica, a agricultura intensiva, principais causas da degradação do ambiente, são consequência do modo de produção capitalista que conduz à exploração abusiva dos recursos para além das necessidades dos seres humanos, à sobreprodução e ao desperdício.-----

É sentimento geral a necessidade de adoptar medidas no sentido da protecção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico. Mesmo reconhecendo-se que são múltiplos os factores, objectivos e subjectivos, que influenciam as condições climáticas e que estão na origem das suas alterações, os que têm origem na relação com a natureza e os seus recursos têm um peso não desprezível. Enfrentá-los exige e adopção de políticas sérias e consistentes, a mobilização de recursos, a ampliação da consciência dos problemas e das causas que os promovem. Os alarmismos em torno das alterações climáticas só servem os interesses dos negócios em nome do ambiente e podem servir como justificação para a criação de novas taxas e impostos ditos verdes que penalizam comportamentos

individuais das camadas mais pobres ou para acentuar a implementação de mecanismos financeiros e especulativos, como o mercado do carbono, que tornam a poluição um negócio de muitos milhões em que é mais barato poluir do que investir em tecnologia para reduzir as emissões para a atmosfera. -----

Em Portugal, ao longo dos anos depois do 25 de Abril de 1974, o Poder local democrático tem desenvolvido um esforço notável na implementação de políticas públicas defensoras do ambiente.-----

O abastecimento de água às populações e a defesa da água como um bem público; a implementação do saneamento básico com redes de recolha e tratamento de efluentes; Uma política de higiene urbana com recolha e tratamento de resíduos sólidos; O desenvolvimento dum política de ordenamento do território, com a ocupação do solo e gestão do espaço público, implementando e salvaguardando zonas e espaços verdes e de lazer. E ainda, mais recentemente, a participação na redução tarifária dos transportes públicos, a medida de maior impacto no plano das condições ambientais, designadamente pela contribuição que pode dar para uma redução significativa do transporte individual e do volume de emissões que dele decorre. -----

É compreensível que no plano local a resposta que pode e deve ser dada é apenas uma pequena parcela da acção mais geral que a dimensão e premência de um problema com escala planetária reclama. Mas ainda que reconhecendo a contribuição limitada é nosso dever corresponder ao carácter emergente que a dimensão e a urgência da questão, nas suas multifacetadas expressões, assume.-----

A protecção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico com o que contribuem também para alterações de clima que urge prevenir, exigem, mais do que enunciados proclamatórios, dramatizações e a disseminação de medos baseados em cenários catastrofistas, a adopção de medidas, o reforço de meios e uma intervenção mais empenhada e determinada pelo interesse público, por parte do governo e das autarquias. A Assembleia Municipal reunida a 25/09/2019 delibera:-----

1 - Exigir a adopção de medidas de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa da natureza, colocando a riqueza natural do país ao serviço do povo e do desenvolvimento nacional; exige o desenvolvimento de alternativas energéticas de domínio público; o reforço do investimento no transporte público no sentido da sua gratuidade e alargando a sua oferta em detrimento do transporte individual; o investimento na investigação e desenvolvimento com vista à diminuição da dependência de combustíveis fósseis; a defesa da produção local.-----

2 - Exigir igualmente o reforço dos meios financeiros das autarquias para poderem prosseguir e melhorar a sua intervenção nas questões ambientais, no quadro das suas competências.-----

3 – Instar o município a prosseguir e a intensificar as acções, medidas e projectos que no quadro geral de um programa de protecção dos valores ambientais e de promoção dos recursos ecológicos e naturais contribua para prevenir causas que estão na origem de alterações climáticas.-----

Caso seja aprovada, enviar aos órgãos de comunicação social locais e regionais.”-----

--- Acerca desta Moção foram feitas as seguintes intervenções:-----

*--- **Reinaldo Amarante (BE)**: intervém para comunicar que a sua bancada votará favoravelmente a moção, com a qual concorda, no essencial. -----*

*--- **Carlos Silva (PSD)**: comunica qua a sua bancada votará contra, expondo os vários argumentos que sustentam a sua posição, condenando o cenário catastrofista, vários aspetos ideológicos e descontextualizados ou anacrónicos da moção, como as referências ao «modo de produção capitalista». -----*

--- **Ricardo Antunes (PS)**: toma também a palavra para questionar alguns dos fundamentos da moção. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO DA CDU:-----

--- Colocada à votação esta Moção apresentada pela CDU, foi a mesma rejeitada por maioria, com seis votos contra do Partido Social Democrata, um voto contra do Centro Democrático Social, dez abstenções do Partido Socialista, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária e duas abstenções dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- Seguidamente, **Reinaldo Amarante (BE)** apresentou a seguinte **Proposta de Recomendação:**-----

«Através de uma resolução do Conselho de Ministros, o Governo decidiu avançar com o processo de fusão entre a CP e a EMEF, empresa participada a 100% da transportadora ferroviária nacional. O processo deverá estar concluído até ao final deste ano. ----- Segundo a referida resolução “(...) é fundamental promover a recuperação, renovação, fabrico e aquisição de material circulante e reforçar a capacidade operacional e funcional tanto da CP, EPE, como da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA”.-----

O Conselho de Ministros autorizou a EMEF a investir mais 45 milhões de euros até 2022, prevê mais investimento em aquisição de material circulante e aposta no fabrico de comboios e carruagens em Portugal, incluindo o modelo de comboio português.-----

São decisões que poderão vir a lançar um novo impulso sobre o transporte ferroviário, muito abandonado em décadas recentes. Hoje, a ferrovia volta a ser encarada como a solução de transporte mais económica, ambientalmente mais sustentável e, portanto, mais compatível com as respostas às alterações climáticas.-----

O transporte ferroviário tem, além disso, uma função estruturante do território nacional. Permite introduzir fatores de correção nas assimetrias regionais, seja pela maior facilidade de acesso as regiões do interior mais deprimidas, seja pela possibilidade de desenvolver polos da indústria ferroviária fora das zonas da Grande Lisboa ou do Grande Porto.-----

Nestas circunstâncias, o concelho do Entroncamento surge como opção natural para a implantação e desenvolvimento desta indústria ferroviária de última geração. Aqui existe um vasto parque oficial, com possibilidade de adaptação e expansão; aqui existe muito saber técnico acumulado, com provas dadas, ao longo de décadas; aqui existe uma longa tradição de “saber fazer”, em todas as dimensões do universo ferroviário.-----

Historicamente, o desenvolvimento da indústria ferroviária no Entroncamento assentou na concentração de trabalhadores provindos de largas regiões do interior centro. Hoje, um novo impulso no setor ferroviário voltará a ter, naturalmente, consequências que irão muito além do plano local: ajudará certamente a recuperar a economia e a demografia de vastas regiões do interior, sobretudo no Médio Tejo (mas não só), que perdem população e recursos de há muitos anos para cá.-----

Assim, a Assembleia Municipal do Entroncamento, recomenda à Câmara Municipal que:-----

- Evidencie junto do governo as vantagens de que um novo impulso ao setor ferroviário se traduza em novos investimentos no parque oficial do Entroncamento;-----

- Dentro dos condicionalismos legais, agilize a tramitação de todos os processos que vão nesse sentido.»-----

--- Relativamente a esta Proposta de Recomendação foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **António Ferreira (CDU)**: informa ter estado ontem na EMEF e denuncia a falta de trabalhadores para a recuperação de material ferroviário. Sugere uma visita da

Assembleia à EMEF e que se realize uma assembleia extraordinária sobre o tema, apresentando um conjunto de propostas para revitalizar a EMEF.-----

--- **Manuel Faria(PSD):** comunica o voto favorável da sua bancada e aproveita para criticar a atitude do Governo para com a EMEF. -----

--- **Ricardo Antunes (PS):** destaca o papel negativo do governo do PSD/CDS na gestão desta empresa e sublinha os esforços da Câmara Municipal pela manutenção da atividade ferroviária no Entroncamento. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO DO BE:-----

-- Colocada à votação a Proposta de Recomendação apresentada pelo BE, foi a mesma aprovada por unanimidade com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- Pela Deputada **Rosa Teixeira (CDS-PP)** foi apresentada a seguinte **Recomendação ao Executivo:** -----

“ADOÇÃO DE MEDIDAS DE CONTROLO DOS ANIMAIS ERRANTES, ADESÃO À CAMPANHA NACIONAL DE ESTERILIZAÇÃO-----

No Entroncamento tem vindo a crescer o número de animais domésticos, abandonados ou errantes, algo que é claramente visível e de conhecimento da população em geral.--- Este fenómeno acontece pelo simples abandono, ou pela incapacidade financeira de alguns proprietários de esterilizar os seus animais.-----

Com a lei 27/2016 os centros de recolha de animais, passaram a estar impedidos de abater animais para o controlo da população, isso tem levado à sobre lotação dos centros de recolha (Canis/ Gatis) e conseqüentemente uma incapacidade de recolha dos animais que vivem na via pública.-----

Estes animais errantes começam a fazer colónias e matilhas, que necessitam de ser controladas.-----

Temos também assistido ao fenómeno da alimentação desses animais na via pública, o que cria também condições favoráveis a que os animais se possam reproduzir. Este fenómeno que é proibido pelo nosso regulamento municipal de gestão de resíduos urbanos e higiene Urbana, tem também um outro problema associado que começamos a sentir em algumas áreas da nossa cidade (Centro, Casal da Galharda) que são os pombos. Os pombos são dos animais que mais rapidamente se reproduzem e que causam enormes prejuízos, tanto ao nível material como de saúde pública.-----

Assim sendo a assembleia municipal do Entroncamento vem recomendar ao executivo municipal os seguintes pontos:-----

1- *Que se adira com a maior brevidade possível à campanha nacional de esterilização de cães e gatos de companhia.-----*

2- *Que se possa efetuar uma campanha de sensibilização para que se cumpra o regulamento municipal de gestão de resíduos e higiene urbana.-----*

3- *Que se possa desde já adotar medidas de controlo dos pombos na nossa cidade, nomeadamente a distribuição de alimento com contracetivos.”-----*

--- Acerca desta **Recomendação** foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Manuel Faria (PSD):** a propósito da recomendação proposta, questiona o executivo sobre a situação atual do canil intermunicipal. -----

--- **Ricardo Antunes (PS):** declara que a sua bancada votará favoravelmente, embora tenha questionado alguns aspetos da proposta de recomendação do CDS. -----

--- **Reinaldo Amarante (BE):** toma a palavra para questionar sobre o que fazer aos animais esterilizados, se continuam na rua, condenando quem critica que se alimentem animais na rua. -----

--- **António Ferreira (CDU):** intervém para criticar o Governo pela aprovação da lei que proíbe o abate de animais e a consequente sobrelotação dos canis municipais. -----

VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO DO CDS-PP:-----

-- Colocada à votação a Proposta de Recomendação apresentada pelo CDS-PP, foi a mesma aprovada por unanimidade com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- Ainda no âmbito do **PAOD**, registaram-se as seguintes intervenções:-----

--- **Pedro Santos (BE):** questiona o executivo sobre alguns problemas no espaço público da cidade, designadamente: a utilização do pavilhão desportivo municipal por parte da Associação de Artes Marciais limitando o espaço disponível para outras atividades; a utilização indevida da rua Sá Carneiro por automobilistas que ali circulam a alta velocidade, desrespeitando as regras básicas de trânsito e de limitação de velocidade. ---

--- **Susana Cruz (PSD):** toma a palavra para questionar sobre a situação do Museu Nacional Ferroviário e os problemas financeiros que estará a atravessar, com perspetivas de haver dinheiro para pagar salários apenas até ao final do ano. -----

--- **Rosa Teixeira (CDS-PP):** intervém para chamar a atenção do executivo para o estado de algumas das vias de circulação da cidade que estão em muito mau estado, dando como exemplo a Rua Porfírio Rodrigues (junto à farmácia da zona norte), a Rua Forno do Grilo, a Rua Alexandre Herculano, e envolventes, Rua Foros da Lameira entre muitas outras, salientando que o mau estado das vias de circulação constitui um mau cartão de visita para os visitantes da cidade e provoca transtorno e danos aos seus habitantes.-----

Relativamente às obras na Rua Costa Machado, questiona se as mesmas ainda estão muito demoradas, pois estão a causar transtornos na circulação rodoviária. Chama ainda a atenção para um desrespeito pela velocidade que se vem verificando na zona norte da cidade, sugerindo que sejam tomadas medidas preventivas para evitar tais excessos. Informou ainda terem sido alertados para a falta de limpeza dos sanitários do recinto multiusos (mercado semanal), referindo que a limpeza não é feita com regularidade. A terminar a sua intervenção, questionou sobre o ponto da situação quanto aos sanitários para os taxistas da cidade e qual o ponto da situação, relativamente à construção na nova esquadra da PSP no Entroncamento.-----

--- **Manuel Martins (PS):** congratula-se pelos êxitos obtidos por alguns clubes e pelo avanço de algumas obras implementadas e em execução, destacando o Mercado Municipal, o Cinetatro S. João e conclui, reconhecendo a qualidade e rigor da gestão autárquica. -----

--- **Ricardo Antunes (PS):** toma a palavra para destacar e forma como decorreu o arranque do ano escolar, quer a nível da colocação de professores e de assistentes operacionais, quer pelos apoios concedidos pela Câmara aos alunos de todos os ciclos de escolaridade. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

--- Não houve intervenção de público nesta Sessão.-----

-----**ORDEM DOS TRABALHOS**-----

PONTO NÚMERO UM-----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO ao abrigo da al.ª c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro-----

---Foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **António Miguel (PS):** intervém para destacar aspetos positivos a nível da gestão e ao "excelente trabalho" da gestão camarária, designadamente na forma como, ao mesmo

tempo que se vai reduzindo a pesada dívida herdada do executivo do PSD, se vão lançando obras e concretizando projetos importantes para a vida das pessoas da cidade, e se apoiam socialmente as famílias e os alunos carenciados. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente às questões pontuais que os Srs. Deputados aqui colocaram, seria conveniente que as enviassem por escrito com alguma antecedência, pelo menos um dia, o que permitiria respostas mais concretas e fundamentadas.-----

--- Relativamente à questão da utilização do Pavilhão Desportivo, colocada pelo Sr. Deputado Pedro Santos, referiu tratar-se de uma utilização pontual por parte de uma Associação, a qual foi acordada nas reuniões que efetuadas com todas as Associações sobre distribuição de espaços.-----

--- Quanto à velocidade excessiva na Rua Dr. Sá Carneiro, disse tratar-se de uma questão de polícia; no entanto, continuam o executivo atento e a trabalhar diariamente com a PSP para evitar tais excessos. -----

--- No que respeita ao mau estado das ruas, reconheceu que gostaria de as ter todas em melhor situação, o que seria possível se este executivo não estivesse a pagar a dívida herdada de 1 milhão e cem mil euros por ano, sublinhando que tal valor corresponde a 10% do Orçamento corrente do município, verba que permitiria ter todas as ruas num brinquinho, bem como os espaços verdes. No entanto, destacou, mesmo com estas limitações têm vindo a fazer melhorias significativas do espaço público, reconhecendo haver situações que não são as melhores, e algumas ruas têm sido afetadas, como tem sido o caso da Rua Dr. Costa Machado, devido à construção da nova adutora que vai atravessar toda a cidade. A Rua Dr. Costa Machado deverá ficar concluída durante o mês de outubro, acrescentando que será reabilitada toda a rua, que ficará com passeio e lancil. Também a pavimentação definitiva das ruas da freguesia de N^a Sra. de Fátima, por onde passa a adutora, será iniciada na primeira semana de outubro.-----

Relativamente à esquadra, informou que o processo está a seguir o seu ritmo, tendo já sido elaborado o pré projeto e que, na próxima semana, haverá uma reunião para fechar esta fase. O atraso, explicou, ficou a dever-se aos serviços técnicos do Ministério, o que já foi ultrapassado, estando a ser feitas todas as diligências no sentido da sua maior celeridade.-----

--- Quanto à Fundação Museu Nacional Ferroviário, informou que existe capacidade da mesma para efetuar o pagamento dos salários dos funcionários, existindo ainda, no entanto, algumas questões que têm que ser resolvidas e que têm vindo a ser trabalhadas para ser definido um modelo de financiamento do Museu. É verdade que no ano passado foi dado um grande passo nesse sentido, com o apoio de todos os deputados eleitos do distrito e de todos os partidos com assento na Assembleia da República, que visitaram o Museu e, numa conciliação de esforços, foi incluída a Fundação Museu Nacional Ferroviário no grupo de Fundações excecionadas. Recordou estar o município a trabalhar com a tutela no sentido de se encontrarem as melhores soluções, recordando ainda que decorreu na passada semana uma reunião com o Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas, o qual ficou sensibilizado para este assunto.-----

--- Recordou também que, mais uma vez, tivemos o início do ano letivo sem qualquer percalço, quer no que respeita à responsabilidade do Ministério quer no que respeita à responsabilidade do Município. O ano letivo iniciou a tempo e horas, com os professores e os assistentes operacionais necessários e com um conjunto de atividades muito diversificada, muitas delas por iniciativa da área da Educação da Câmara Municipal. Ainda no âmbito da educação, sublinhou que tem vindo a ser dado maior apoio, quer através da atribuição de livros de fichas escolares, quer através dos vouchers de 25€ que foram atribuídos a todos os estudantes do 5.º ao 10.º ano, havendo o propósito de, no

próximo ano letivo, se chegar ao 11.º ano e no seguinte ao 12.º ano, destacando, assim, ter vindo a ser feito um grande esforço na questão do ensino, considerado como uma prioridade clara e absoluta. Explicou também que foi alterada a paragem dos TURE junto à Escola Secundária, que passará a ser feita junto ao portão Este, o qual vai ser aberto nas horas de maior afluência.-----

---Sobre o TURE, informou estar a fazer-se a ligação aos comboios da manhã e da tarde, constatando-se um aumento de utilização do transporte público, quer pela maior oferta, quer pelo tarifário.-----

--- Quis depois congratular-se com o facto de a Escola de karaté do Entroncamento ter integrado a seleção nacional com 7 jovens da nossa cidade, sendo uma menina, a Mariana, vice-campeã Mundial na respetiva classe; outro jovem ficou em 5.º lugar a nível mundial, numa competição em que estiveram presentes 32 países em Dublin, na Irlanda. Isto diz muito sobre o dinamismo das nossas Associações, com as quais o município faz questão de trabalhar de forma constante, assegurando que, enquanto for Presidente e a não ser que o executivo decida de forma diferente, haverá sempre apoio ao desporto amador neste Município. Também se referiu à Associação Entroncamento Atlético Clube, que tem um projeto muito interessante e para a qual também já foi encontrada uma sede, o espaço onde funcionava o Jornal Notícias do Entroncamento, cuja recuperação tem sido feita em grande parte pela própria Associação.-----

--- No que respeita à Cultura, destacou todo um conjunto de espetáculos de grande qualidade e diversidade, dando, como exemplos recentes, o caso da Concórdia Música e do acordeonista sérvio Peter Matric, entre muitos outros.-----

--- Informou também sobre a visita que efetuou a Mosteiros (Cabo Verde), em agosto último, para participar na 2.ª Conferência dos Municípios Geminados, para a qual foi também convidado o ex-Presidente José Cunha, o qual, por razões de saúde, não pôde estar presente, tendo-lhe atribuída nesta cerimónia uma distinção simbólica – um quadro e um diploma – a qual foi já entregue ao destinatário. O povo de Mosteiros é muito agradecido pelo precioso contributo que por ele foi dado a Mosteiros.-----

--- Aproveitando a presença do EOL na sessão desta Assembleia, apelou a todos para participarem no Orçamento Participativo que se encontra a decorrer até ao dia 14 de outubro.-----

--- Seguidamente, e no seguimento das palavras do deputado Sr. António Ferreira, concordou ser necessário conhecermos melhor a EMEF e, até acrescentando, o setor ferroviário na nossa cidade, sublinhando que o negócio ferroviário tem atualmente contornos completamente diferentes do passado, não se resumindo apenas à manutenção, aos passageiros e à carga, acrescentando que a CP Carga foi adquirida pelo grupo Medway e está a ter um desenvolvimento muito interessante na nossa cidade. Prestou ainda os seguintes esclarecimentos: a questão da integração da EMEF na CP tem uma razão muito simples que é o facto de a União Europeia não permite clientes com peso igual ou inferior a 70%; acrescentou existirem neste momento um conjunto de intervenções ferroviárias no concelho com a recuperação de carruagens e que também as oficinas de wagons vão deixar de pertencer à EMEF, embora continuem no Entroncamento, com uma parceria EMEF/CP/Medway; quanto aos trabalhadores, apenas um ou dois optaram pela Medway, que já está a contratar. Sublinhou ser importante cerrarmos fileiras em torno da importância do setor ferroviário no nosso concelho, estando o executivo muito atento a essa matéria, para que os investimentos que irão ser feitos nos próximos anos tenham repercussões positivas no concelho.-----

--- Referindo-se ao Parque Empresarial, informou que o projeto já está aprovado, bem como o respetivo financiamento, tendo já sido adjudicados quatro lotes, num total de 45.000m2. Um terço dessa área foi adjudicada a uma empresa ligada à questão da

logística ferroviária, investimento que irá também alavancar a cidade e contribuir para a importância da ferrovia.-----

--- Importante também para a valorização da ferrovia considerou ser a valorização do património ferroviário, informando que o projeto de recuperação do Bairro Camões está em andamento, prevendo-se que, no primeiro semestre de 2020, as obras começarão em força, faltando, neste momento, vender apenas uma casa, acrescentando ainda já estar aprovado o projeto de concretização das obras das infraestruturas. Acrescentou ainda que, até ao início do próximo ano, iniciarão as obras de reabilitação da rua Eng.º Ferreira de Mesquita, estando a trabalhar com as Infraestruturas de Portugal para aplicar o modelo de recuperação do Bairro Camões ao bairro da Vila Verde, bem como ao Bairro do Boneco, onde deverá ser instalado um Centro de Documentação Ferroviária. Também se continua a trabalhar com as Infraestruturas de Portugal na recuperação dos acessos à estação e na passagem superior da Linha do Leste.

---- A terminar este ponto da informação do Presidente, este realçou a envolvência de cerca de 350 jovens nas férias municipais, 176 famílias carenciadas que beneficiam de tarifa reduzida de água, 28 famílias numerosas que também beneficiam desta tarifa, 1062 participantes nas várias iniciativas do UTEC de julho a setembro e a entrada nos quadros do Município de uma Técnica Superior de Veterinária. No que se refere ao canil, o município tem aderido às campanhas de esterilização, a cujo programa se tem vindo a candidatar através do canil intermunicipal. Explicou ainda que o canil intermunicipal tinha um problema, que já está a ser resolvido pelo Município de Torres Novas, que era o facto de o terreno não estar ainda licenciado, o que limitou a candidatura para a sua ampliação e concluiu, deixando um apelo a um maior civismo das pessoas para com os animais, que são abandonados ao mínimo problema e não estão educadas para apanhar os detritos, o que considerou uma questão de civismo e cidadania.-----

PONTO NÚMERO DOIS-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA APROVAÇÃO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO SERVIÇO DE ACESSO PÚBLICO À INTERNET DISPONIBILIZADOS PELO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO, ao abrigo da al.ª k) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto dando conta que a proposta fora aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal, na sessão de 19 de agosto, após decurso do tempo de publicitação na página de Internet do início de procedimento, ao qual ninguém manifestou vontade de se constituir como interessado. Simultaneamente, foram entregues a todos os deputados municipais dois documentos explicativos sobre a Cobertura da Rede WIFI Entroncamento e como aceder à Rede WIFI Entroncamento.--

--- Não houve intervenções.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS-----

--- O ponto número dois foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO TRÊS-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) PARA 2020, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado como anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da al.ª b) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo Regime Jurídico e na al.ª n) do art.º 14.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto dando conta que a proposta de aplicação da taxa de 0,25% para o ano 2020, igual à taxa em vigor de 2019 fora aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal; taxa esta relativa aos direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipais, designada taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) e à remuneração prevista no Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertençam ao domínio público e privado das autarquias. -----

--- Foi feita a seguinte intervenção:-----

--- **António Miguel (PS):** interveio para elogiar a aplicação desta taxa, a qual, nos termos da legislação, não é repercutida nos clientes das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas e a quem é cobrada a taxa. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS-----

--- O ponto número três foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO QUATRO-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE TAXAS PARA ESTACIONAMENTO DE MOTOCICLOS / CICLOMOTORES / QUADRICICLOS NO PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO NA PRAÇA SALGUEIRO MAIA, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto, informando que a proposta fora aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal e resumindo a mesma da seguinte forma: embora o parque tenha sido utilizado na sua quase totalidade por veículos automóveis, tem-se assistido, ao longo da última década, a um incremento significativo da aquisição de motociclos/ciclomotores, pelo que se propõe a criação de taxas específicas, de menor custo, para estacionamento deste tipo de veículos, em locais a eles reservados e devidamente assinalados. -----

--- Foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **António Ferreira (CDU):** informa que votará contra por discordar com a concessão.

--- Em resposta, o Presidente da Câmara esclarece que a tarifa se aplica no parque subterrâneo que não é concessionado. -----

--- **Reinaldo Amarante (BE):** toma a palavra para dizer que a sua bancada concorda, embora alerte para a utilização dos transportes públicos e a redução das emissões, pelo que defende uma maior utilização das bicicletas, propondo a existência de um sistema de bicicletas partilhadas de utilização pública.

--- Relativamente a estas propostas em defesa do meio ambiente, o Presidente da Câmara esclarece que Entroncamento tem doze quilómetros de ciclovias, representando já cerca de dez por cento da estrutura viária na cidade, dispondo ainda de muitos painéis fotovoltaicos. Recordou, a propósito, a recente iniciativa "Ir a pé para a escola", promovendo a sustentabilidade ambiental, a segurança rodoviária e a saúde. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO-----

--- O ponto número quatro foi aprovado por maioria, com dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, um voto contra da Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO CINCO -----
OFÍCIO N.º 1216 DO GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA E
DA JUSTIÇA – TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DO DISTRITO DE
SANTARÉM-----

--- Este ponto foi presente para conhecimento, tendo o Presidente da Assembleia Municipal, previamente, dado conhecimento do ofício n.º 1216, da Chefe de Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, comunicando que não está prevista a criação de novos Tribunais Administrativos e Fiscais para esta legislatura, tendo as alteações a esta jurisdição sido recentemente aprovadas, pelo que não é oportuno o agendamento de reunião sobre este tema, na sequência da solicitação desta Câmara Municipal à Senhora Ministra da Justiça de uma audiência com o objetivo de apresentar o interesse e disponibilidade da cidade do Entroncamento para receber e colaborar na instalação de um Tribunal Administrativo e Fiscal no Distrito de Santarém, dado que o Conselho Consultivo da Comarca de Santarém na sua reunião no passado dia 5 de junho reconheceu igualmente a “necessidade de um tribunal Administrativo, na Comarca de Santarém que permita mais celeridade nos processos”.

--- A Assembleia tomou conhecimento.

PONTO NÚMERO SEIS -----
TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS –
POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE-----

--- Este ponto foi também presente para conhecimento, tendo o Presidente da Assembleia Municipal lido o essencial do que fora já dada a conhecer aos membros do executivo: ...

a) Com a publicação do Decreto-Lei n.º 32/2019, de 4 de março foram alargadas as competências dos órgãos municipais no domínio do policiamento de proximidade; b) Passando desta forma, os órgãos municipais a ter competência para participar, em articulação com as forças de segurança, na definição do modelo de policiamento de proximidade; c) Foi igualmente alterada a Lei 33/98 de 18 de julho que cria os conselhos municipais de segurança.

--- Foram feitas as seguintes intervenções:

---**António Ferreira (CDU)**: reafirma, como em momentos anteriores em que o tema da transferência de competências para as autarquias foi debatido que, no seu entendimento, e trata de matéria a submeter a votação e aprovação pela Assembleia Municipal.

--- **Ricardo Antunes (PS)**: intervém, em resposta à anterior intervenção, fundamentando, nos termos da legislação sobre a matéria, que a proposta não tem sustentação para que seja decidida por este órgão, ao qual apenas se dá conhecimento.

---**António Ferreira (CDU)**: uma vez que não se procede à votação que propôs, informa que entregará a mesma declaração de voto já apresentada em anteriores circunstâncias, a qual se transcreve: “1. A Lei da transferência de competências para as autarquias (50/2018) e a de alteração à Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (51/2018), aprovadas no final da sessão legislativa, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações.

Não pode deixar de ser considerado, aliás, o conjunto de riscos associados à legislação agora em vigor que, no acto de promulgação, o Presidente da República referenciou:---

- I. - a sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da Administração Central;
- II. - o inerente risco de essa transferência poder ser lida como mero alijar de responsabilidades do Estado;
- III. - a preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais;

-
- IV. - a exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência imediata no rigor das finanças públicas;-----
- V. - o afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas.-- Por si só, o público reconhecimento destes riscos é prova bastante das insuficiências e erradas opções adoptadas na Lei.-----
- Acresce que, em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela à revelia da Constituição, contribuindo para corroer a autonomia do Poder Local.-----
2. O carácter atrabiliário que rodeou o processo que conduziu à lei 50/2018, a começar nas incongruências do texto da Lei, teve expressão no próprio debate e aprovação do Orçamento do Estado para 2019 no qual foram rejeitadas propostas essenciais à concretização da transferência de competências. Não deixa de ser significativo que o artigo da proposta de Lei sobre o Fundo Financeiro de Descentralização que remetia (abusiva e ilegalmente, sublinhe-se) para diplomas do Governo a afectação dos meios financeiros tenha sido eliminado. A eliminação deste artigo, traduzindo de forma clara a rejeição da Assembleia da República à pretensão do Governo de decidir dos montantes a transferir para o exercício das competências, só pode ser lido como um impedimento de facto à sua concretização em 2019. Para lá das razões mais substanciais quanto ao conteúdo e natureza do processo, este facto só por si justifica que o município rejeite responsabilidades relativamente às quais não há qualquer garantia legal de virem acompanhadas de meios financeiros. -----
3. A lei 50/2018 prevê que os termos concretos da transferência em cada área resultarão de Decreto-Lei a aprovar pelo Conselho de Ministros.-----
- Porém, estabelece que essa transferência se possa fazer de forma gradual e confere às autarquias a faculdade de optarem por adiar o exercício das novas competências por deliberação das suas assembleias, comunicando a sua opção à DGAL nos seguintes termos: -----
- Até 15 de Setembro de 2018, as autarquias que não pretendam a transferência em 2019;-----
 - Até 30 de Junho de 2019, as autarquias que não pretendam a transferência em 2020. -- A partir de 1 de Janeiro de 2021 a Lei considera transferidas todas as competências.----
- Vários municípios deliberaram atempadamente nos termos previstos na Lei, aliás os únicos em vigor. As pressões então dirigidas sobre as autarquias, invocando interpretações abusivas da legislação ou dando como inútil as deliberações que a própria Lei estabelecia levou a que muitos municípios, mesmo os que afirmavam discordância com a transferência de competência se acomodaram à operação desencadeada pelo MAI, tivessem decidido não se pronunciar.-----
4. A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, as condições e as suas implicações (só descortináveis com a publicação de cada um dos Decretos-Lei) deviam ter conduzido a que, responsabilmente e na defesa dos interesses quer da autarquia quer da população, se rejeitasse a assumpção a partir de 1 de Janeiro de 2019, das novas competências.-----
- A decisão deste município, em Setembro de 2018, de não ter levado em linha de conta o que consagra a Lei 50/2018 (a única em vigor), clara e imperativamente, sobre o processo de transferência de competências e as condições para o seu exercício, e posteriormente aquando da pronúncia de cada um dos decretos de lei, não os ter rejeitado

todos, só tendo rejeitado algumas transferência de competências, expôs a autarquia a decisões que podem lesar os interesses do município e das populações.-----

A CDU exigiu a votação dos pontos 6 e 7, não tendo sido considerado o seguinte:-----

“Atendendo aos considerandos referidos a Assembleia Municipal reunida a 25 de setembro de 2019 decidiu:-----

1. Rejeitar a assumpção, em 2019 e em 2020, das competências transferidas por via dos decretos sectoriais:-----

- Decreto-Lei n.º 32/2019, de 4 de março foram alargadas as competências dos órgãos municipais no domínio do policiamento de proximidade.-----

- Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril foi concretizada a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Proteção Civil.-----

2. Reclamar:-----

- o início de um processo sério de descentralização inseparável da consideração da criação das regiões administrativas;-----

- a reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações;-----

- o encetar de um processo de recuperação da capacidade financeira dos municípios e da sua plena autonomia, requisitos indispensáveis para o exercício pleno daquelas que são hoje as atribuições do poder local e as competências dos seus órgãos;-----

- a identificação no domínio da transferência de novas competências, das que se adequam ao nível municipal, não comprometem direitos e funções sociais do Estado (designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não pretexto para a desresponsabilização do Estado por via de um subfinanciamento que o actual processo institucionaliza.”-----

--- A Assembleia tomou conhecimento.-----

PONTO NÚMERO SETE-----

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS – PROTEÇÃO CIVIL-----

--- Este ponto foi também presente para conhecimento, tendo o Presidente da Assembleia Municipal lido o essencial do que fora já dada a conhecer aos membros do executivo:.....

a) Com a publicação do Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril foi concretizada a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Proteção Civil;

b) Foi igualmente alterada a Lei 65/2007 de 12 de novembro, diploma que define o enquadramento institucional e operacional da Proteção Civil no âmbito das autarquias locais, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil (SMPC) e define as competências do coordenador municipal de proteção civil, em desenvolvimento da Lei de Bases da Proteção Civil; c) Determinando ainda o diploma legal referido, que os Municípios dispõem de um prazo de 180 dias para adaptarem os seus serviços à referida legislação.-----

--- Este ponto foi presente para conhecimento.-----

A Assembleia tomou conhecimento.-----

PONTO NÚMERO OITO-----

DESIGNAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - XXIV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES-----

--- Apesar de este Ponto não se encontrar incluído na Ordem de Trabalhos, foi aceite por unanimidade a sua inclusão, atendendo a tratar-se de um assunto com relativa urgência.

--- Assim, foi designado por unanimidade o Presidente da Junta de Freguesia de S. João Baptista, Sr. Rui Cardoso Maurício, para representar as freguesias do concelho no XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a realizar em Vila Real nos dias 29 e 30 de novembro de 2019.-----

--- Todas as deliberações tomadas nesta Assembleia foram aprovadas em minuta, para produzir efeitos imediatos.-----
---Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas.-----
--- A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: